



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119668 - CE (2019/0319460-4)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
RECORRENTE : **MATEUS SERGIO ALVES**
ADVOGADOS : **MANOEL ABILIO LOPES - CE029431**
 JOAQUIM LEANDRO CESARIO SOUSA - CE031337
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**
CORRÉU : **FRANCISCO MARCOS ROBERTO DA SILVA**
CORRÉU : **CARLOS SAMUEL FONTELES**

DECISÃO

MATEUS SERGIO ALVES alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Ceará** no Habeas Corpus n. 0629816-72.2019.8.06.0000.

No presente recurso, o insurgente sustenta, em síntese, que a decisão que decretou sua prisão preventiva carece de fundamentação idônea para tanto, assim como nega a autoria do crime e assinala que os fatos pelos quais está sendo acusado são antigos.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação de sua custódia cautelar.

A liminar foi indeferida às fls. 136-136.

O Magistrado de origem prestou informações às fls. 144-151 e o Ministério Público Federal, em parecer de fls. 153-157, opinou pelo não provimento do recurso.

Decido.

I. Contextualização

Inferre-se dos autos que o recorrente foi denunciado como incurso nos arts. 121, § 2º, I e IV, do CP e 2º, § 2º, da Lei n. 12.850/2013, porque, segundo narrou a denúncia (fls. 14-16):

Historiam os autos que, por volta do meio dia de 31 de maio de 2017, a vítima estava usando entorpecente em uma casa abandonada situada na Rua Nicolau Peixoto, na companhia de José Lucas Reis, vulgo "Groxo", Luis Carlos Ribeiro, vulgo "Cobrinha", e José Itamar do Nascimento, vulgo "Ila", momento em que chegaram os denunciados SAMUEL FORMIGA (condutor) e MARQUINHOS COIOTE (garupa) em uma motocicleta Honda Bros, cor preta, perguntando pela pessoa denominada de "Lourinho", sugerindo tratar-se de José Inácio.

Enquanto tentava identificar José Inácio, SAMUEL FORMIGA, utilizando um revólver ameaçava as testemunhas e a vítima enquanto falava ao telefone buscando confirmar a identificação do alvo.

Ao ser identificado, José Inácio empreendeu fuga em direção a favela Alto do Bode, tendo SAMUEL FORMIGA e MARQUINHOS COIOTE passado a persegui-lo efetuando disparos de arma de fogo.

Durante a perseguição, MATEUS BRACINHO, conduzindo um veículo Fiat Siena, cor preta, dirigia pelo local perguntando pelo paradeiro de José Inácio.

Enquanto a vítima era caçada pelos denunciados, aquele foi alvejado duas vezes por SAMUEL FORMIGA, tendo um dos disparos atingido o braço e o outro a pema de Inácio, oportunidade em que este adentrou uma residência situada próximo à Rua Nicolau Peixoto.

Em ato contínuo, SAMUEL FORMIGA e MARQUINHOS COIOTE passaram a efetuar disparos para o alto em frete ao imóvel em que Inácio buscou se ocultar para que este saísse e se entregasse, o que fez a vítima.

Logo que saiu do imóvel, José Inácio foi coagido por SAMUEL FORMIGA e MARQUINHOS COIOTE a adentrar o veículo conduzido por MATEUS BRACINHO, sendo a vítima encontrada sem vida no dia 04 de junho de 2017.

Depreende-se do Exame de Ossada de fls. 52-58, que Inácio foi atingido por projéteis de arma de fogo na região do crânio, tendo o corpo da vítima sido encontrado na zona rural do município em estágio de decomposição avançado (fls. 50).

Depreende-se que os denunciados mataram José Inácio de Maria para vingar a morte de Francisco Iuri Ângelo, daí a torpeza na motivação.

A vítima, meses antes, estava em um bar localizado no bairro Córrego Grande quando membros atuantes do Comando Vermelho o agrediram injustamente com socos e pauladas. No momento a vítima buscou se defender e desferiu uma facada em um dos agressores, sendo ele Francisco Iuri Ângelo, que veio a óbito em razão do ferimento duas semanas após o evento.

Francisco Iuri Ângelo era primo do denunciado MARQUINHOS COIOTE, que arquitetou e executou, junto aos outros dois denunciados, o homicídio de José Inácio.

SAMUEL FORMIGA e MARQUINHOS COIOTE, foram reconhecidos pelas testemunhas oculares José Lucas Reis, Jose Itamar do Nascimento e Luis Carlos Ribeiro como sendo os indivíduos que estavam em uma motocicleta, portando armas, a

procura da vítima José Inácio, reconhecendo-os ainda como os mesmos que arrebataram a vítima para dentro do veículo que o levou ao local onde foi executado.

MATEUS BRACINHO foi reconhecido como sendo a pessoa que estava conduzindo o automóvel de cor preta, no qual perguntou pelo paradeiro de José Inácio pouco tempo antes de seu desaparecimento, mesmo veículo que a vítima foi coagida a entrar antes de ser executada.

Salienta-se que os representados integram a organização criminosa Comando Vermelho, além de ostentarem extensa ficha criminal, sendo a participação destes na mencionada organização de conhecimento das testemunhas.

Por fim, os indícios de prova colhidos pela autoridade policial são suficientes, neste momento inicial, para demonstrar a materialidade e autoria do crime em espeque.

A autoridade policial já havia representado pela prisão preventiva do acusado, o que foi acolhido pelo Juiz de origem, em decisão assim fundamentada (fls. 61-63):

[...] 02. Conforme fora exposto pela autoridade policial, a motivação do crime baseia-se em um episódio ocorrido meses antes da morte da vítima, no qual esta, ao se defender de injustas agressões perpetradas por um grupo de pessoas membros da organização criminosa denominada Comando Vermelho, que o agrediam injustamente com chutes, socos e pauladas em frente a um bar localizado no bairro Córrego Grande, conhecido por "Palhoça Bar", acabou desferindo uma facada na barriga de um dos agressores este de nome Francisco Iuri Ângelo, o que culminou em sua morte duas semanas após o evento. Relata ainda as que Francisco Iuri Ângelo era primo do investigado **Francisco Marcos Roberto da Silva, vulgo: Marquinhos Coiote**, tendo este arquitetado e executado juntamente com os outros representados o homicídio de José Inácio como forma de vingança.

[...]

06. Quanto ao cabimento da prisão preventiva, antevejo o preenchimento dos seus requisitos. Restam sobre os investigados fortes indícios quanto a autoria do homicídio que vitimou José Inácio de Maria, vez que foram reconhecidos por diversas testemunhas como sendo os pessoas responsáveis por prosseguir, disparar contra Inácio e arrebataram a vítima para dentro do veículo, conforme relatado nos depoimentos das testemunhas e perfectibilização de várias identificações fotográficas já formalizadas nos autos. Além disso, Carlos Samuel Fonteles e Francisco Marcos Roberto da Silva foram reconhecidos pelas testemunhas oculares José Lucas Reis, José Itamar do Nascimento e Luis Carlos Ribeiro como sendo os indivíduos que estavam em uma motocicleta armados, a procura da vítima e que a perseguiram e efetuaram os disparos, além de terem lhe arrebatado para dentro de um veículo Siena. Além disso, Mateus Sérgio Alves foi

reconhecido pela testemunha José Lucas Reis como sendo a pessoa que estava conduzindo o automóvel Siena. Ademais, pode-se ter como elemento a evidenciar a autoria do crime o relatório de investigação policial junto aos autos no qual imputa de maneira pormenorizada o crime aos acusados. Apesar de tais informações, ressalte-se, por oportuno, que neste momento não há necessidade de certeza da autoria, contentando-se a lei apenas a existência de "indícios suficientes", o que dispensa, por ora, a existência de prova inequívoca quanto a autoria do delito. Configurados pois os indícios de autoria em relação aos acusados.

[...]

09. A conduta atribuída aos representados violou a ordem pública, já que, em concurso de pessoas, os agentes efetuaram disparos em desfavor da vítima, colocaram-na no porta malas de um veículo, sequestraram-na e, posteriormente, executaram-na de forma brutal, sendo, portanto, tais elementos suficientes para se verificar o altíssimo grau de periculosidade dos acusados que, soltos, podem vir a coagir testemunhas e até furtar-se da aplicação da lei penal. além disso, é de se salientar que, conforme se extrai do relatório policial, os representados são detentores de antecedentes criminais e atuam como membros da organização criminosa denominada Comando Vermelho, sendo esta a principal facção criminosa que domina a região do Vale Acaraú, comandando o tráfico ilícito de entorpecentes e ordenando a execução de vários crimes como furtos, roubos, homicídios, dentre outros.

10. Reputo, pois, configurados os requisitos da decretação da preventiva previstos no art. 312 do CPP.

11. Por fim, constato que as medidas cautelares previstas no art. 319, do CPP não são aptas a tutelar a ordem pública especificamente abalada no caso, porquanto o deferimento de qualquer delas não impedirá a provável reiteração delitiva.

O Tribunal *a quo* ratificou o decreto supra, sob os seguintes fundamentos (fls. 106-108):

[...] foram demonstradas concretamente a imprescindibilidade da medida para a garantia da ordem pública, diante da periculosidade evidenciada pelas circunstâncias do crime, que são indícios consistentes de atuação em organização criminosa.

O magistrado *a quo* também destacou a necessidade da manutenção da custódia cautelar do paciente para a garantia da ordem pública, ante o risco concreto de reiteração delitiva, visto que o mesmo possui antecedentes criminais.

Nesse contexto, após pesquisa no sistema SAJPG, constatei que o paciente responde a diversos crimes, tais como roubo majorado (0009951-62.2018.8.06.0028), porte ilegal de armas (0006161-38.2017.8.06.0050 e 0005706-73.2017.8.06.0050), além de já ter

sido condenado e ainda cumprir pena por mais de um crime (execução penal nº 122-88.2018.8.06.0050 e execução penal nº 123-73.2018.8.06.0050). Ademais, a escalada delitiva do paciente, inclusive, começou bem antes de atingir a maioridade, constando contra si registro de procedimentos por cometimento de atos infracionais análogos aos crimes de furto qualificado, tráfico de drogas (duas vezes) e associação para o tráfico.

Tudo quanto apresentado põe em plena evidência o grau de periculosidade do paciente e o risco concreto de reiteração delitiva, de sorte a justificar a adoção da medida cautelar mais extremada, porquanto nenhuma outra daquelas postas no elenco constante do art. 319 do Código de Processo Penal se mostra suficiente para resguardar a ordem pública, estando, portanto, presentes os requisitos que autorizam sua custódia cautelar.

Em tais decisões, percebe-se o respeito aos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, tendo sido ressaltada a constrição com base na garantia da ordem pública, levando em conta a periculosidade do paciente, evidenciada pela gravidade *in concreto* do crime praticado e seus antecedentes criminais.

A análise do decreto prisional revela que estavam presentes os requisitos da custódia cautelar, nos termos dos arts. 310, inc. II, do Código de Processo Penal, bem como mencionou a necessidade da constrição do paciente, a fim de resguardar a ordem pública, consoante art. 312 do mesmo Código.

Imperioso frisar, outrossim, que o exame da questão implica juízo de periculosidade, e não juízo de culpabilidade, como bem assentou Renato Brasileiro de Lima:

[...]

Diante disso, não se percebe constrangimento ilegal na prisão cautelar do paciente, uma vez que completamente cabível tal cautela em prol da garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal, sendo a prisão preventiva necessária para frear sua escalada delitiva.

Com efeito, a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva *"quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade"* (HC n. 499.2 70/SP, Rei. Ministro Antonio Saldanha Palheiro. Sexta Turma, julgado em 23/4/2019, DJe 3/5/2019).

Tal entendimento vem sendo seguido por esta Corte de Justiça, o qual restou cristalizado na Súmula 52, cujo enunciado dispõe que:

"Inquéritos e ações em andamento justificam a decretação da prisão preventiva para garantia da ordem pública nos termos do art. 312 do CPP não se aplicando o enunciado sumular n.º 444 do STJ."

Prosseguindo, observamos que inexistente violação ao princípio da provisionalidade.

Tal primado está previsto nos §§ 4.º e 5.º do artigo 282 do Código de Processo Penal, partindo do ideal de que as prisões cautelares são provisionais, pois estão umbilicalmente ligadas a uma situação fática. Portanto, uma vez desaparecida a hipótese ensejadora do

decreto cautelar, nesse instante a prisão não apenas merece, senão deve ser revogada.

Assim, as segregações preventivas estão atreladas, vedadas exceções, ao requisito de sua decretação - *fumus commissi delicti* - e ao fundamento da medida - *periculum libertatis*, os quais estão sobejamente demonstrados.

A despeito do transcurso de tempo desde a época dos fatos e a decisão que decretou a custódia cautelar do paciente, a periculosidade concretamente demonstrada do agente e o risco de comprometimento da aplicação da lei penal não se desfazem simplesmente pelo passar do tempo.

Ante o exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, CONHEÇO da presente ação mas DENEGO A ORDEM requestada.

Em consulta à página eletrônica do Tribunal de origem, colheu-se a informação de que há audiência de instrução e julgamento designada para o dia 7/5/2020.

II. Prisão preventiva

A prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP). Além disso, a decisão judicial deve apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se se possa extrair o perigo que a liberdade plena do investigado ou réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP).

Na presente hipótese, o Juízo de origem apontou **elementos concretos dos autos – gravidade *in concreto* do delito praticado, assim como o histórico do acusado na criminalidade** – a evidenciar a real periculosidade do agente, circunstância que justifica a decretação da custódia *ante tempus* para a garantia da ordem pública.

Ressaltou, ainda, **a participação do réu na facção criminosa denominada Comando Vermelho**, "que domina a região do Vale Acaraú, comandando o tráfico ilícito de entorpecentes e ordenando a execução de vários crimes como furtos, roubos, homicídios, dentre outros" (fl. 63).

O Tribunal *a quo*, no acórdão recorrido, esclareceu, quanto aos mencionados antecedentes criminais do ora insurgente, que este **responde a diversos ações penais por crimes, tais como roubo majorado, porte ilegal de armas, além de já ter sido condenado e ainda cumprir pena por mais de um crime**. Ressaltou, ainda, "a escalada delitiva do [...] [acusado], [que], inclusive, **começou bem antes de atingir a maioridade, constando contra si registro de procedimentos por cometimento de atos infracionais análogos aos crimes de furto qualificado, tráfico de drogas (duas vezes) e associação para o tráfico**" (fl. 106, destaquei).

Demonstrada está, pois, a sua periculosidade, a tornar manifesta a probabilidade concreta de persistência no cometimento de infrações – tanto em razão de seu histórico criminoso, quanto de sua participação em conhecida organização criminosa.

A respeito do tema, a orientação deste Tribunal Superior é firme em assinalar que "se justifica a decretação de prisão de membros de organização criminosa como forma de interromper as atividades do grupo" (**RHC n. 70.101/MS**, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, 5ª T., DJe 5/10/2016, grifei).

Na mesma linha de raciocínio, o Supremo Tribunal Federal afirmou que "a necessidade de interromper a atuação de organização criminosa e o risco concreto de reiteração delitiva justificam a decretação da custódia cautelar para a garantia da ordem pública" (**AgR no HC n. 138.522/DF**, Rel. Ministro **Roberto Barroso**, 1ª T., DJe 19/6/2017).

Além disso, em casos que envolvem estruturas voltadas à reiterada prática de delitos, esta Corte Superior de Justiça tem mantido a custódia preventiva dos acusados mesmo quando não há indicação detalhada da atividade por eles desempenhada em tal associação, mas apenas menção à existência de sinais de que integram o grupo criminoso.

Ilustrativamente:

[...]

3. A prisão preventiva encontra-se devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, pois há o risco

concreto de reiteração delitiva por parte do agente, considerando-se que integra grupo criminoso voltado à prática do crime de tráfico de drogas em larga escala, comandado por sua irmã e corré.

4. Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: "a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (STF – HC 95.024/SP, 1.^a Turma, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 20/02/2009). [...]

6. Ordem de habeas corpus denegada.

(HC n. 485.190/SC, Rel. Ministra Laurita Vaz, 6.^a T., DJe 30/4/2019, destaquei)

[...]

2. No caso, **a prisão preventiva está justificada em razão das características das condutas delituosas narradas, tendo o Magistrado singular constatado que "grande parte dos representados possuem condenação com trânsito em julgado, bem como respondem a outras ações penais nesta comarca e no Estado", e que "os representados encontram-se associados a facção criminosa conhecida como Comando Vermelho**, onde cada membro age sob o seu comando e exerce uma função específica, visando o cometimento dos delitos de roubo e tráfico de drogas nesta cidade". Dessarte, está evidenciada a sua periculosidade e a necessidade da segregação como forma de acautelar a ordem pública.

3. Conforme magistério jurisprudencial desta Corte, "a participação de agente em organização criminosa sofisticada – a revelar a habitualidade delitiva – pode justificar idoneamente a prisão preventiva, bem como desautorizar sua substituição pelas medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP" (HC n. 382.398/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 22/8/2017, DJe 11/9/2017).

4. Ordem denegada.

(HC n. 473.605/MT, Rel. Ministro Antonio Saldanha Palheiro, 6.^a T., DJe 5/6/2019, grifei)

Do exposto, a captura do agente está devidamente legitimada.

III. Dispositivo

À vista do exposto, **nego provimento ao recurso ordinário em habeas corpus.**

Publique-se e intinem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ